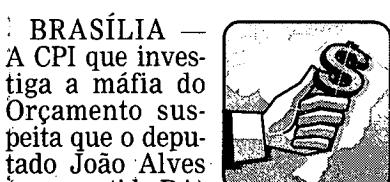


# CPI acha que João Alves falsificou carta



**BRASÍLIA** — A CPI que investiga a máfia do Orçamento suspeita que o deputado João Alves (sem partido-BA) falsificou uma carta, usando o nome do economista José Carlos Alves dos Santos, para tumultuar os trabalhos da CPI. A suspeita da CPI é de que João Alves é o autor da carta com a assinatura de José Carlos Alves dos Santos, enviada ao presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), com data de 9 de dezembro passado.

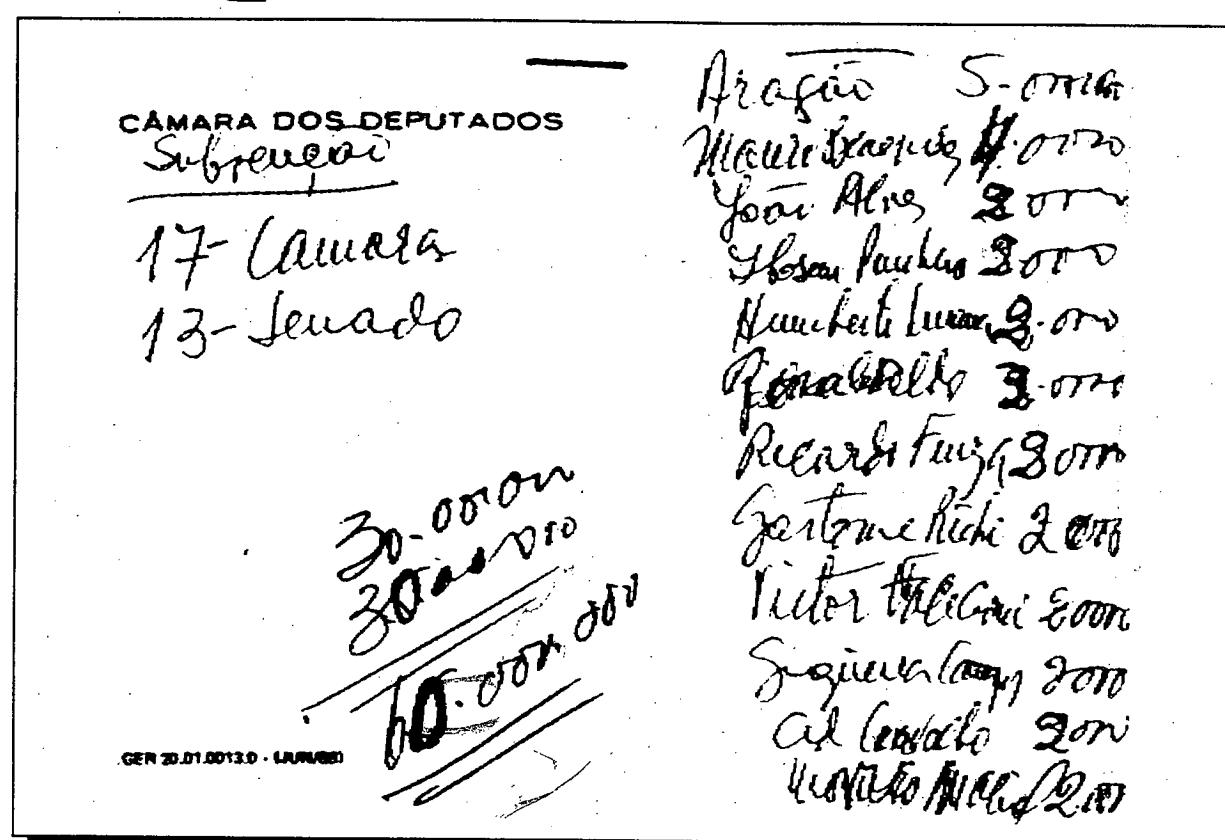
Os membros da CPI acreditam que a manobra visava a desacreditar a CPI por envolver parte de seus membros, inclusive o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), como autores de emendas que beneficiaram empreiteiras.

A carta relaciona membros da CPI e outros parlamentares que teriam aprovado emendas orçamentárias em 1991 beneficiando empreiteiras, e lista diversos parlamentares que teriam conseguido aprovar verbas de subvenções sociais. Entre eles, o ex-presidente do PMDB Ulysses Guimarães, morto em outubro do ano passado e o atual ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

A CPI já confirmou que a assinatura de José Carlos Alves dos Santos é falsa. A carta destaca quantas prefeituras cada parlamentar citado beneficiou com emendas de subvenções. A lista dos parlamentares citados na carta está na mesma sequência de nomes de um documento manuscrito apreendido na casa de João Alves na última segunda-feira, que também traz os números de prefeituras.

Tudo leva a crer que o deputado João Alves é o autor dessa carta — afirmou o deputado Robson Tuma (PL-SP).

No último parágrafo, a carta traz a lista dos membros da CPI que teriam apresentado emendas em favor de empreiteiras em 1991, com os valores delas, de dezembro de 1991: Sigmaringa Seixas (CR\$ 150 bilhões); Roberto Magalhães (CR\$ 60 bilhões); Guilherme Palmeira e Nelson Trad (CR\$ 50 bilhões, cada um); e Ney Maranhão, Iram Saraiva, Garibaldis Alves Filho, Fernando Freire, Lavosier Maia, Wilson Martins, Carlos Patrocínio, Fernando Carrion e Pedro Simon (CR\$ 20 bilhões cada um).



Um dos documentos apreendidos na casa do deputado João Alves: subvenções relacionadas a parlamentares